

Zona, 3<sup>a</sup> Zona e 4<sup>a</sup> Zona.

Artº 2º - Ficam estabelecidos os preços limítros da seguinte forma:- A avaliação para a 1<sup>a</sup> Zona será de Crf. 50.000,00; para a 2<sup>a</sup> Zona será de Crf. 30.000,00; para a 3<sup>a</sup> Zona será de Crf. 15.000,00; e para a 4<sup>a</sup> Zona de Crf. 10.000,00, compreendendo-se nesta categoria qualquer ampliação feita, - posteriormente ao Mapa elaborado pelo Drº Mario Camargo.

Artº 3º - Fica estabelecida a Taxa de díaz por cento, sobre o valor que corresponder a Zona onde estiver situado.

Artº 4º - Os Lotes Urbanos ditos nas séries dos Distritos, pagaráão indistintamente Crf. 100,00 por unidade.

Artº 5º - Continua em vigor a Tabela Tributária para Terrenos não murados.

Artº 6º - A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Gabinete do Prefeito Municipal de Barreiras do Sul, - em 1º de Fevereiro de 1.960

José Pinheiro  
Prefeito Municipal  
Justos Pimentel  
Secretário

Lei nº 9/60.-

O Gabinete Municipal de Barreiras do Sul, Estado do Paraná, fereceu e eu Prefeito Municipal, somos a seguinte Lei:-

Artº 1º - Fica revogado o Artº 5º da Lei nº 19/57.

Artº 2º - Fica o Gabinete Executivo Municipal autorizado a conceder até cinco Lotes para cada requerente, em Santo Antônio, à título de domínio pleno.

Artº 3º - Ficam os proprietários de Lotes nos Distritos,

sem obrigaçāo de constar, mas apenas de manter fechadas suas portas.

Artº 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barreiras do Sul,  
em 1º de fevereiro de 1960

*José da Cunha  
Prefeito Municipal  
Assessor Municipal  
Secretário*

Lei nº 10/60.-

A Câmara Municipal de Barreiras do Sul, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:-

Artº 1º - Ficam as Casas Comerciais, sem exceção, desde que situadas no Centro Urbano desta cidade, obrigadas a fechar-las ao público, das 11,30 às 13,00 horas, diariamente.

Artº 2º - Ficam ainda obrigadas após às 19,00 horas, no verão, período compreendido entre Outubro e Março e, após às 18,00 horas, no inverno, período compreendido nos meses de Abril a Setembro, assim como, qualquer estabelecimento comercial, interrompa suas atividades às 7,30.

Artº 3º - A exigência estabelecida no artigo anterior exclui, Farmácias, Bares, Casas de Frutas, Botiquins, Bancas de Revistas e Jornais e outros que a lei específica.

Artº 4º - Fica estabelecida a multa de Cr\$ 100,00 para a primeira infração, de Cr\$ 500,00 para a segunda infração e de Cr\$ 1.000,00 para a terceira ou mais infrações.

Artº 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.